

terem propagado o fogo no Pantanal, para estender a pasta-gem, a criação de gados.

Tem o pessoal do agronegócio, os grileiros, os grandes madeireiros. Esses são os grandes responsáveis pelas queimadas no Brasil, que não são coibidos, não são mais nem multados, porque o governo federal, o governo Bolsonaro afrouxou toda a legislação.

Nós não podemos nos esquecer, aqui, do que disse o Ricardo Salles, o ministro do Meio Ambiente, naquela famigerada e deplorável reunião do dia 22 de abril: "vamos aproveitar a pandemia para passar a boiada", ou seja, para afrouxar a legislação de fiscalização do Meio Ambiente do Brasil. Ali, só a pessoa que não quiser entender, realmente, que não entendeu aquela mensagem.

Então, começou por aí, muito mal. Isso é um absurdo. Nós não podemos aceitar. E outra: a questão da "Cristofobia", de que no Brasil tem "Cristofobia", perseguição aos cristãos. Outro absurdo, outra mentira, tanto é que nesse manifesto, que é assinado por 48 entidades, muitas delas são ligadas às igrejas.

Tem aqui várias pastorais da Igreja Católica. Olha: Proveniência Frei Bartolomeu de Las Casas, Pastoral da Juventude Nacional da Igreja Católica. Tem aqui várias delas que são ligadas à Igreja; são entidades religiosas cristãs dizendo o contrário.

Conferência dos Religiosos do Brasil, a Regional de Porto Velho. São várias pastorais e comissões, ligadas, muitas, à Igreja Católica, desmentindo isso de que no Brasil tem perseguição ao cristianismo.

O Brasil é um país extremamente cristão, católico, com evangélicos; todos sabem disso. Na verdade, o que existe no Brasil é uma perseguição, sim, às religiões de matriz afrodescendente e indígena. Essas são perseguidas, ainda, exaustivamente; há muita perseguição contra elas.

E há outros pontos do discurso do "despresidente" Bolsonaro, Sr. Presidente. Eu queria destacar um outro, do auxílio emergencial. Ele falando que o Brasil pagou 1.000 dólares para 65 milhões de habitantes. Só que ele se esqueceu de dizer que ele era contra, que o governo federal não queria pagar nada. Depois, apresentou uma proposta, pelo Paulo Guedes, de apenas 200 reais.

Não fosse o Congresso e a oposição fazendo embate, lutando e conquistando os 600 reais, não haveria o pagamento dos 600 reais. E ele também se esqueceu de dizer que agora ele diminuiu para 300 reais, no momento em que a população mais precisa de recursos, em que o desemprego está aumentando, o custo de vida, o preço do arroz, do feijão, do cimento e da cesta básica.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria até que esse manifesto fosse publicado no Diário Oficial aqui do Poder Legislativo, para que a população tenha acesso ao conteúdo do que está escrito aqui, que é um manifesto que desmonta o discurso famigerado, deplorável e mentiroso do Bolsonaro na ONU, na data de ontem, que envergonhou mais uma vez o Brasil, tornando o Brasil um pária no mundo, motivo de deboche, de gozação em todo o planeta, e lá na própria ONU.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Carlos Giannazi. Reitero aqui que esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação após o seu exame nos termos do Art. 18, inciso V, do Regimento Interno.

Dando sequência à nossa lista de oradores inscritos neste Pequeno Expediente, convoco aqui a deputada... Ah, já está aqui; a lista já andou bastante. Então, convoco agora o deputado Douglas Garcia para fazer uso dessa tribuna. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar novamente todos os deputados, todos os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, na terça-feira, o João Doria tentou passar o PL 529 aqui, através da CCI, mas não conseguiu, não houve quorum suficiente. Ontem, tentou novamente e perdeu.

O governo do estado de São Paulo tem perdido na sua tentativa de fazer com que o estado seja, dentre outras coisas, entregue à China. Tem perdido na sua tentativa de fazer com que o estado de São Paulo seja simplesmente vendido a potências estrangeiras que possuem, sim, um plano político-ideológico para o nosso País, na tentativa de fazer com que o estado de São Paulo sofra as consequências do fechamento do Oncentro, que faz um serviço essencial, que faz um trabalho que a Secretaria de Saúde, se absorvesse, não conseguiria entregar para a população do estado de São Paulo.

Tudo isso, repito, aconteceu graças à política do governador do estado de São Paulo de incentivar a população a ficar em casa: "Fiquem em casa, fiquem em casa, fiquem em casa, fiquem em casa."

Ele quer, simplesmente, resolver os problemas, esse rombo de 10 bilhões de reais, através do PL 529, extinguindo diversas instituições importantes para o estado de São Paulo. Vejam bem, não estou defendendo o inchamento do Estado. Estou defendendo que aquilo que é essencial e primordial permaneça.

Outra coisa: não adianta fazer um processo de privatização se você está entregando a um monopólio, que é justamente o que o governador do estado de São Paulo pretende fazer, que é agradar os seus amiguinhos, como, por exemplo, o grupo Lide. Eu já falei: se quer resolver os problemas, venda as ações do grupo Lide e entregue a sua fortuna aos cofres públicos. Aí a gente vai ter um dos problemas sanados.

O estado de São Paulo precisa de liberdade econômica para que o trabalhador consiga trazer o sustento para a sua própria casa. É disso que o estado de São Paulo necessita. O estado de São Paulo necessita que o establishment paulista seja derrubado. O estado de São Paulo precisa que a ideologia de gênero seja combatida.

O estado de São Paulo necessita que o aborto seja combatido em âmbito estadual, porque, infelizmente, temos aqui o que é chamado de aborto legal, como se tivesse um assassinato legal, sendo instrumentalizado no estado de São Paulo e passando por hospitais públicos do Estado. Isso precisa ser combatido.

O estado de São Paulo precisa, simplesmente, extirpar os militantes comunistas das instituições, principalmente estudantis, que estão doutrinando os nossos alunos a torto e a direito, trazendo absurdos atrás de absurdos.

O estado de São Paulo precisa de pessoas que entendam, dentro da administração pública estadual, que não é a elite política que deve fazer com que o povo seja subserviente a ela, mas os seus representantes subservientes ao povo, representando ao povo, se curvando ao povo.

E não a elite política mandando no povo. O poder não deve vir de cima para baixo, mas de baixo para cima. O poder deve vir do povo, e não de seus representantes para o próprio povo, porque todo o poder emana do povo.

Nós precisamos de que a liberdade de expressão seja um princípio e não meramente algo bonitinho a ser escrito nas leis, não meramente algo formal que nós temos nas leis brasileiras porque, infelizmente, nós temos um trabalho de censura forte. Nós precisamos de que todos esses princípios sejam respeitados.

É por isso que tenho diversos projetos de lei protocolados nesta Assembleia Legislativa, como, por exemplo, o Projeto de lei nº 406, que combate o terrorismo no estado de São Paulo; o Projeto de lei nº 1028, que protege as nossas crianças; assim como o Projeto 2019; o Projeto 432, por mim protocolado; o Projeto 437, que dá mais poder aos pais; o Projeto 558, que coloca o esporte como principal combatente contra as drogas; o Projeto 561, que combate a doutrinação ideológica.

E também o Projeto 31/2019, de autoria do deputado Frederico d'Ávila, mas que conta também com o apoio deste

deputado, que extingue a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo e faz com que a bandiolatria, que é muito exaltada através de algumas instituições, infelizmente aparelhadas, deixe de existir.

Para concluir, Sr. Presidente, é disso que o estado de São Paulo necessita. O governador João Doria não tem nenhum compromisso com isso. O governador João Doria não tem nenhum compromisso com a população paulista que é, em sua maioria, uma população conservadora, que é, em sua maioria, uma população que preza por princípios e valores, que defende o trabalho com a livre iniciativa, que defende, sim, os seus valores acima de qualquer outra coisa.

Mas o governador está mais preocupado em atender ao seu oligopólio, em atender aos seus amigos, em atender tudo aquilo que não presta, para jogar o estado de São Paulo no mais profundo lamaçal.

Hoje, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro autorizou o processo de impeachment do governador Witzel. Se nós correremos, ainda dá tempo também de "impeachmarmos" o governador Doria. Se nós correremos, ainda dá tempo de fazer tudo numa festa só.

Por isso eu peço mais uma vez ao presidente desta Casa, deputado Cauê Macris, para que paute o impeachment de João Doria. Nós não podemos mais viver com este homem no poder, porque ele não representa a população do estado de São Paulo. Ele não representa absolutamente ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Douglas Garcia. Convido agora à tribuna o deputado Carlos Giannazi para fazer a sua fala. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Presidente, quero fazer uma grave denúncia que estou recebendo já há vários dias, de que várias diretorias de ensino estão assediando, forçando e obrigando os professores, diretores e comunidades escolares a voltarem às aulas, a reabrirerm as suas escolas, fazendo um terrorismo psicológico. São várias denúncias nesse sentido, inclusive antecipando a própria Resolução nº 61.

Nós estamos cobrando do secretário da Educação, do Rosieli Weintraub, o que ele não fez ainda, Sr. Presidente, o que ele deveria ter feito lá no começo da pandemia e não fez até agora, mas pode fazer.

Se ele tem algum compromisso, de fato, com a Educação e com a vida das pessoas que compõem a comunidade escolar - alunos, pais de alunos, profissionais da Educação, professores, quadro de apoio escolar, gestores -, se ele tem algum compromisso, ele deveria estar organizando não a volta às aulas, porque ele sabe que não é possível. Manaus mostrou claramente isso. Manaus voltou o ensino médio há um mês, e já há contaminação de mais de 5% dos profissionais da Educação, professores, gestores e o pessoal do quadro de apoio escolar. Contaminação em um mês, Sr. Presidente. Em um mês, já 5% da rede está contaminada.

É um exemplo claro de que isso não é possível, pelo menos no Brasil, por conta da falta de estrutura, do sucateamento das nossas escolas, da degradação das escolas públicas do Brasil e, sobretudo, da rede estadual de ensino. Isso não é possível, nós estamos ainda vivendo o platô da morte, Sr. Presidente.

O estado de São Paulo tem mais de 34 mil pessoas mortas pelo coronavírus. Esse número é superior aos mortos na Espanha. Se V. Exa. somar os mortos pelo coronavírus da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Uruguai, da Colômbia, da Venezuela, de vários países da América Latina, a gente não chega aos 34 mil mortos. No entanto, o Governo insiste nessa política genocida de volta às aulas.

O que o Governo tem que fazer, Sr. Presidente, o que nós estamos exigindo que o governo faça imediatamente, já deveria ter feito: primeiro, que mobilize a FDE, a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, que é uma autarquia da Secretaria Estadual de Educação, que tem um orçamento bilionário.

Ele tem que mobilizar e ordenar a FDE para que ela faça um programa através dela. Ela tem os seus técnicos; que ela monte uma equipe de arquitetos e engenheiros e reformule as escolas da rede estadual, que não têm arejamento, não têm ventilação, que têm aquelas janelas altas, todas enferrujadas e travadas, que nem abrem, Sr. Presidente.

Ele deveria estar fazendo uma reformulação arquitetônica das escolas, para que daí, no ano que vem, quando as escolas forem reabertas, num momento em que nós já vamos ter vacinação - espero que sim -, testagem em massa e condições seguras sanitárias, daí, sim, as escolas podem pensar em reabrir. É isso. É muito simples, Sr. Presidente.

Agora, o governo não investe, e tem dinheiro, Sr. Presidente, tem dinheiro no orçamento da Secretaria da Educação. Ele deveria fazer isso, transformar todas as escolas de lata da rede estadual, que são mais de cem em todo o estado, em escolas de alvenaria. Ele tem que aproveitar.

A Escola Estadual Renata Menezes está lá abandonada em Parelheiros, Sr. Presidente. Ela foi incendiada, era uma escola de lata, e não foi reconstruída até agora, Sr Presidente.

E os alunos foram transferidos para uma escola do bairro que já está superlotada. Isso não foi resolvido, e tem várias escolas nessa situação. É isso que o governo tem que fazer, resolver a questão arquitetônica, garantir arejamento, ventilação nas escolas.

Neste período, o governo tem que garantir banda larga para todos os alunos e professores da rede, garantir computadores para todos os alunos e professores, Sr. Presidente, para que os alunos tenham, pelo menos, um contato remoto com as suas escolas e com os seus profssores.

O governo tem que organizar um programa de alimentação escolar para os três milhões e 700 mil alunos, não o que ele fez aqui pagando apenas 55 reais por mês para uma parte da rede.

Dos três milhões e 700 mil alunos, apenas 700 mil estão recebendo esse vale-alimentação escolar. Isso tem que ser estendido a todos os alunos, porque nós temos orçamento, o orçamento da merenda escolar, para isso. Então é simples, então nós exigimos essas providências, Sr. Presidente.

E dizer, para concluir, que os profissionais da Educação, que os professores, não voltarão às aulas. Haverá greve geral da Educação, haverá luta pela vida, a greve será pela vida, a desobediência civil será pela vida. Nós não vamos respeitar a Resolução nº 61, nem um decreto, nem uma lei, que atente contra a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Carlos Giannazi. Pela ordem, deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas uma comunicação rápida. Apenas para parabenizar o trabalho do deputado Carlos Giannazi, que é um deputado muito combativo aqui na Assembleia Legislativa.

Apesar de discordar de diversos pontos políticos, de termos diversas, discordâncias ideológicas, o nobre deputado Carlos Giannazi faz um trabalho exemplar com o papel de oposição do governo Doria.

Então queria parabenizar V. Exa., que basicamente quase todo dia tem uma denúncia diferente sobre o governador; eu também recebo algumas e tento... Antes de eu trazê-las aqui, o senhor já passou à frente. Então eu queria parabenizar pelo serviço que o senhor faz como oposição ao governo Doria aqui nesta Casa. É um exemplo para todo o resto da oposição.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Segundo, Sr. Presidente, é para pedir a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Havendo acordo de lideranças, está suspensa a presente sessão até as 16 horas e 30 minutos.

* * *

- Suspensa às 15 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 35 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Solicito a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Consulto se os líderes presentes em plenário concordam com a suspensão dos nossos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos. (Pausa.) Havendo concordância, estão suspensos os nossos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 48 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu queria solicitar a prorrogação dos trabalhos por 30 minutos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Coloco em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu queria solicitar uma verificação de votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Para retirar o pleito de verificação de votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então, está aprovada a prorrogação dos nossos trabalhos por 30 minutos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Carlão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, queria pedir para suspender a presente sessão por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Antes, porém, convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 19 horas e 01 minuto, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de aprovar o Projeto de lei nº 593, de 2020, de autoria do Sr. Governador.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se um minuto após o término da anterior, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer redação final aos seguintes projetos: Projeto de lei nº 558, de 2018; Projeto de lei nº 755, de 2019; Projeto de lei nº 799, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da anterior, no salão nobre da Presidência, para apreciar o Projeto de lei nº 523, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Segurança Pública e Assuntos Penitenciários; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da anterior, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1051, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Saúde; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da anterior, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1052, de 2019.

Questiono aos líderes no plenário se concordam com a suspensão de 20 minutos dos nossos trabalhos, proposta pelo líder Carlão Pignatari.

Havendo acordo de lideranças, estão suspensos os nossos trabalhos por 20 minutos, e peço aos deputados, encarecidamente, que se dirijam ao salão nobre da Presidência para que a gente possa realizar os congressos de comissões.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 56 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 27 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 32a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 25/09/2020.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 33a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 25/09/2020.

* * *

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Para pedir o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.

* * *

24 DE SETEMBRO DE 2020 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 593/20. Destaca a relevância da matéria aprovada, a favor da proteção à Covid-19, no próximo pleito eleitoral. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Discussão e votação do Projeto de lei nº 593, de 2020. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Quero aqui cumprimentar todos os deputados. Neste momento, nós estamos aprovando um projeto importante, que isenta de ICMS todas as empresas que forem fazer doação de máscara, álcool gel e outros utensílios no combate ao coronavírus para as eleições deste ano.

Então, beneficiará milhões e milhões de brasileiros, que de maneira democrática, vão às urnas para poderem fazer os seus votos e proteger as pessoas inclusive que vão trabalhar nas eleições.

Então, acho que São Paulo aqui dá um bom gesto, afinal, todas as empresas, ou melhor, a grande maioria das empresas que vão fazer essas doações para o TRE e o TSE são de São Paulo.

Inclusive, eu tive oportunidade de conversar com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que me colocou, inclusive, o nome do ministro Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a importância que São Paulo faz neste momento.

Então, eu cumprimento todos os deputados e deputadas que neste momento fazem um gesto simbólico, não só para os eleitores de São Paulo, mas para as pessoas que trabalharão nas eleições de São Paulo e também do Brasil. Parabéns aos parlamentares.

Esgotado o objeto da presente sessão, lembrando que em dez minutos iniciaremos a segunda sessão extraordinária.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.

* * *

24 DE SETEMBRO DE 2020 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 679/16. Dá conhecimento de emendas ao PL 1.095/17, que retornou às Comissões, ficando adiada sua apreciação.

2 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, explica que, apesar da boa intenção da deputada Maria Lúcia Amary, entende que a discussão destes temas a partir de 12 anos de idade seria muito prematura. Considera que, conversar sobre medicamentos retrovirais e preservativos para essa faixa etária seria incoerente. Informa que foi apresentada uma emenda de plenário para que possa ser viabilizada uma discussão mais profunda.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 523/19.

4 - DANIEL JOSÉ

Declara voto contrário ao PL 523/19.

5 - ARTHUR DO VAL

Declara voto contrário ao PL 523/19.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1.051/19, restando prejudicado o PL 1.056/19, em anexo. 7 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, parabeniza a deputada Monica da Bancada Ativista pelo excelente projeto, aprovado por esta Casa.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Alegra-se pelo consenso entre os deputados na aprovação deste projeto. Cumprimenta a deputada Monica da Bancada Ativista pela aprovação de seu projeto.

9 - ALTAIR MORAES

Para comunicação, parabeniza a deputada Monica pelo projeto aprovado.

10 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Para comunicação, considera este um projeto importante. Lembra que no mês de setembro são amplamente discutidos a saúde emocional e o suicídio. Afirma que o suicídio é a razão do maior número de mortes entre os policiais. Destaca a necessidade da atenção integral à saúde emocional desses profissionais. Agradece a todos pela aprovação de seu projeto.

11 - CARLA MORANDO

Para comunicação, demonstra sua felicidade ao constatar que foram deixadas de lado as questões de ideologia para que fosse aprovado um projeto muito bom.

12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1.052/19.

13 - DANIEL JOSÉ

Declara voto contrário à aprovação do PL 1.052/19.

14 - ARTHUR DO VAL

Declara voto contrário à aprovação do PL 1.052/19.